



família e a religião, postos em sintonia pela escola, numa intensiva ação educativa. Nessa perspectiva, a educação pensada para as massas não deveria limitar-se apenas à alfabetização, mas visar à elevação do nível cultural da população envolvendo aspectos físicos, intelectuais, cívicos e espirituais da formação dos indivíduos. O movimento tinha como lema a educação integral para o homem integral.

Atualmente essa Educação Integral, passou por algumas transformações e releituras, sendo contemplado e fundamentado nas principais leis federais e educacionais: Constituição Federal de 1988, artigos 205, 206 e 227; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 9.089/90; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, art. 34; Plano Nacional da Educação, Lei nº 13005/2014; e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007.

A partir das leis supracitadas, a jornada de efetivo trabalho escolar, seria ampliada e passaria a ter, no mínimo 7 (sete) horas diárias, afim de garantir ao aluno maior tempo de estadia na instituição, de aprendizagem e experiências complementarem.

Com a ampliação dessa jornada diária de trabalho, a escola contaria com o desenvolvimento de várias atividades, tais com: acompanhamento e apoio pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, experimentação e pesquisa científica, cultural e artes esporte e lazer, tecnologias da comunicação e informação, afirmação da cultura dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e áreas de conhecimento, bem como as vivências e práticas socioculturais.

No município de Conceição do Jacuípe, Bahia, a educação em tempo integral foi implantada no ano de 2010 (dois mil e dez), como projeto piloto, na Escola Municipal Arlindo Ferreira, atendendo aos alunos da Educação Infantil e do 1º ano do Ensino Fundamental, se estendendo a outras escolas ao longo dos anos, assim como pode ser visto na tabela abaixo:



Escola Integral do Município de Conceição do Jacuípe - 2015

UNIDADE ESCOLAR	ANO DE IMPLANTAÇÃO	QTDE DE ALUNOS
Escola Municipal Arlindo Ferreira	2010	344
Escola Municipal Antonio Antunes	2011	198
Escola Maria Arquimínia Dias	2011	350
Escola Santa Rita de Cássia	2011	133
Escola Municipal Visconde de Oliveira	2011	62
Escola Municipal Daniel Ribeiro Costa	2012	76
Escola Municipal Laurindo Gomes	2012	65
Escola Municipal São Francisco de Assis	2012	129
Escola Municipal Profª Ester Ribeiro Lopes	2012	128
TOTAL DE ALUNOS		1485

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Uma dessas escolas localiza-se na zona rural e as demais na zona urbana. A expansão da modalidade vem acontecendo de forma moderada e a escolha das escolas é feita com base na localização, necessidade social da clientela e baixo IDEB.

Apesar do município já oferecer esta modalidade em uma escola do campo, Escola Municipal Visconde de Oliveira, não há um olhar diferenciado para esta clientela levando em consideração suas especificidades culturais, políticas e regionais.

Conceição do Jacuípe oferece na Escola Daniel Ribeiro Costa a educação em tempo integral para uma clientela com necessidades educativas especiais, porém há uma grande carência no que se refere a recursos humanos habilitados para trabalhar com esta clientela, recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.

O oferecimento de vagas nesta modalidade vem se estendendo a outras Unidades escolares, conforme gráfico abaixo, atendendo atualmente a 35% das escolas e 38% dos alunos da rede municipal, nos segmentos da Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental I, buscando atingir e sobrepor a meta do Brasil, que é de 50% das escolas e 25% dos alunos.

Apesar desta expansão no quadro de escolas que oferecem essa modalidade de educação, constata-se, através de dados oficiais de aprovação e reprovação, e em gráficos e tabelas do INEP, referente ao IDEB das escolas integrais, que a qualidade do ensino vem regredindo em algumas escolas e estacionado em outras, traçando um percurso contrário ao projeto de desenvolvimento e efetivação da educação.



Desempenho da Escola Maria Arquimínia Dias

Matemática		Língua Portuguesa		N/
Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
-	-	-	-	-
180,9	4,6	174,4	4,6	4,59
182,6	4,7	180,6	4,8	4,73
200,7	5,4	198,9	5,4	5,41
197,6	5,3	190,2	5,1	5,19

(Inep, 2015)

Ano	Ideb Meta	Valor
2005		
2007		3,7
2009	3,9	
2011	4,3	4,3
2013	4,6	4,4

Desempenho da Escola Municipal Professora Ester Ribeiro Lopes

Matemática		Língua Portuguesa		N/
Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
--	--	--	--	--
--	--	--	--	--
--	--	--	--	--
178,4	4,5	170,3	4,4	4,46
174,8	4,4	163,3	4,2	4,27

Ano	Ideb Meta	Valor
2005		
2007		
2009		
2011		
2013		2,5



Desempenho da Escola Municipal São Francisco de Assis

Matemática		Língua Portuguesa		N/
Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
--	--	--	--	--
--	--	--	--	--
--	--	--	--	--
173,7	4,3	157,5	3,9	4,14

Ano	Ideb Meta	Valor
2005		
2007		
2009		
2011		
2013		2,5

A partir da análise das tabelas acima se percebe que as escolas que hoje oferecem a educação integral, que em tese deveriam apresentar um salto nos números do IDEB, vem estagnando ou apresentando um crescimento insignificante. Essa situação fica clara ao compararmos os resultados da Escola Municipal Maria Arquimínia Dias (tabela 2), que no ano de 2009 – 2011 foi referência no município por alcançar a meta estabelecida, elevando seus números de 3,8 em 2009 para 4,3 em 2011, e que em 2011-2013 cresceu apenas 0,1, não chegando a alcançar a meta estabelecida.

Isso revela que a educação no município apenas estendeu sua jornada diária de trabalho e que existem ainda muitos impasses que precisam ser revistos, para que a qualidade do Ensino Integral se revele primordialmente.

O município necessita olhar de forma especial para essas dificuldades que se revelam na Educação Integral, tais como: infraestrutura e mobiliário inadequados; valorização do profissional; quadro de funcionários de apoio insuficiente; ausência de coordenação pedagógica exclusiva da escola; falta de currículo adequado a esta modalidade; poucos espaços culturais no município, o que limita a articulação das escolas com outros ambientes de aprendizagem.

Atualmente dezoito(18) escolas do município contam com o apoio de verbas federais, PDDE- Educação Integral, referente ao Programa Mais Educação, que vem apoiando as atividades extraclasses em algumas escolas integrais.



2.3.4 Qualidade da Educação Básica

Avaliar a qualidade da educação básica é, sem dúvida, uma tarefa muito delicada, sobretudo no que diz respeito ao que se entende por educação de qualidade e até mesmo, sobre que fatores implicam na conquista desse processo tão almejado, uma vez que as desigualdades sociais é um fator determinante em nossa sociedade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/1996, "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996). Sendo assim,

a discussão sobre Qualidade da Educação implica o mapeamento dos diversos elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007. p. 3)

Dourado, Oliveira e Santos (2007) afirmam que

Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que embasam a reestruturação produtiva em curso (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007. p. 29).

Entendendo a análise da qualidade da educação, numa perspectiva polissêmica, na qual contempla as condições internas e externas à escola, bem como, os diferentes atores individuais e institucionais apresenta-se a seguir a análise da realidade educacional de Conceição do Jacuípe. Propõe-se a priori, análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), dos anos de 2005 a 2013, apresentados na tabela abaixo:



Tabela 17. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental – Conceição do Jacuípe - 2005/2013

Âmbito de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
	IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	6,0	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	5,5
Rede Estadual	2,6	2,6	3,2	3,6	4,0	4,9	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	4,7
Rede Estadual do seu Município	2,6	-	-	-	-	4,9	2,9	2,8	2,7	2,9	3,0	4,9
Rede Municipal do seu Município	2,7	2,9	3,0	3,6	3,5	5,0	-	2,6	2,7	2,9	3,0	4,3

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

A análise da tabela 17 possibilita identificar os dados do IDEB no âmbito nacional, estadual e municipal. Em 2005, na sua primeira edição, o IDEB observado na rede municipal nos anos iniciais, obteve um resultado satisfatório de 2.7 considerando a rede estadual como um todo e a rede estadual no município. Entretanto, no que refere ao IDEB nacional, o desempenho foi baixo.

Em 2007, o sistema municipal realizou diversos encontros de formação com os professores da rede municipal das séries/anos envolvidos, discutindo metodologias a partir das Matrizes de Referência. Como fator positivo de tal ação houve um aumento significativo de 0.2 sendo a nota do IDEB do município em 2007 de 2.9; ultrapassando a média prevista dos anos Iniciais do Ensino Fundamental que era de 2.7.

Em 2009, embora não tenha atingido a meta projetada de 3,1 percebe-se um avanço em relação à avaliação anterior, de 2.9 para 3.0. Nos anos finais do Ensino Fundamental a rede municipal de ensino alcançou a meta projetada. Em 2011, a rede municipal ultrapassou a meta projetada de 3.5 alcançando a média 3.6, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e alcançando a meta estabelecida para os anos finais.

No último ano, a rede municipal de Ensino não conseguiu atingir as metas estabelecidas, sendo 3.7 para os anos iniciais e 3.2 anos finais, entretanto nota-se que nos anos finais o índice aumentou.



Conforme observado na tabela 18, os índices do IDEB do município vêm crescendo satisfatoriamente. Esse indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

No esforço de verificar se o aumento nos índices do Ideb caminha na mesma direção das taxas de rendimento dos alunos, verifica-se a tabela abaixo, que mostra a taxa de rendimento por etapa escolar, nos dois últimos anos de aplicação da Prova Brasil, 2011 e 2013.

Taxa de rendimento por etapa escolar – Conceição do Jacuípe – 2011

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	14,6% 441 reprovações	3,3% 101 abandonos	82,1% 2.481 aprovações
Anos Finais	17,8% 417 reprovações	6,5% 153 abandonos	75,7% 1.776 aprovações
Ensino Médio	12,4% 178 reprovações	19,3% 277 abandonos	68,3% 981 aprovações

Fonte: Qedu (2011)

Taxa de rendimento por etapa escolar – Conceição do Jacuípe - 2013

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	16,1% 472 reprovações	2,7% 80 abandonos	81,2% 2.389 aprovações
Anos Finais	19,3% 444 reprovações	4,1% 95 abandonos	76,6% 1.762 aprovações
Ensino Médio	29,8% 415 reprovações	0,5% 7 abandonos	69,7% 969 aprovações

Fonte: Qedu (2013)

Nota-se, nas tabelas acima, que houve um expressivo aumento no percentual de reprovação em todas as etapas analisadas, bem como, uma notória redução no número de aprovação nos anos iniciais. Esses dados revelam que é imperioso



intervir no trabalho pedagógico para que essa realidade seja revertida. Outro aspecto que se pode constatar nas referidas tabelas é a redução do número de matrículas na rede municipal. Em 2011, a rede municipal matriculou 3023 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 2346, nos anos finais e 1436 no Ensino Médio; em 2013, matriculou 2941 nos anos iniciais, 2301, nos anos finais e 1391 no Ensino Médio.

Em 2011, os índices de reprovação começaram a ser apontados a partir do 2º ano do Ensino Fundamental, fato que retrata a imposição da aprovação automática no 1º ano, nesse período. Em 2013, os índices começaram a ser apontados a partir do 3º ano do Ensino Fundamental. Em ambos os períodos os anos com maior índice de reprovação foram o 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio.

A constatação do maior índice de reprovação nos anos supracitados permite refletir sobre o processo de transição entre as etapas da Educação Básica, haja vista, a primeira demarcar a passagem do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II e a segunda, a passagem do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio. Esse um aspecto de extrema relevância, mas que pouca atenção tem sido dada pelas escolas. O Ministério da Educação pontua em documentos oficiais, como os que regulamentaram a implantação do Ensino Fundamental para nove anos, a importância de os sujeitos escolares pensarem nesse processo de transição para que não ocorra de maneira traumática para as crianças. Embora essa nota esteja relacionada a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental as taxas de reprovação apresentadas enfatizam ainda mais essa necessidade.

O SAEB tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura, também, oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

Esse sistema de avaliações, conforme a portaria nº 304, de julho de 2013, compõe três avaliações externas em larga escala, a saber: Aneb³, Anresc⁴ e ANA⁵, conforme apresentado na figura 5.



Figura 5 - Avaliações Externas

Essas avaliações revelam também o nível de proficiência. Conceição do Jacuípe verificou o nível de proficiência, que corresponde às ideias de competência, habilidade, capacidade e desempenho. No que tange ao nível, está dividido em quatro, a saber: insuficiente, alunos nesse nível apresentam pouco aprendizado; básico, alunos neste nível precisam melhorar; proficiente, preparados para avançar os estudos e avançado, aprendizado além das expectativas.

Assim, o município apresenta os dados correspondentes aos anos de 2009, 2011 e 2013 da seguinte maneira:

2009				2011				2013			
Português 5º ano	15%	Português 9º ano	11%	Português 5º ano	23%	Português 9º ano	11%	Português 5º ano	21%	Português 9º ano	14%
Matemática 5º ano	8%	Matemática 9º ano	2%	Matemática 5º ano	14%	Matemática 9º ano	11%	Matemática 5º ano	14%	Matemática 9º ano	4%

Figura 2: Quadro de proficiência.

³ Abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação (INEP. Disponível em: <<http://provabrazil.inep.gov.br/>>. Acesso em 16 jan. 2014).

⁴ Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo (INEP. Disponível em: <<http://provabrazil.inep.gov.br/>>. Acesso em 16 jan. 2014).

⁵ Avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (INEP. Disponível em: <<http://provabrazil.inep.gov.br/>>. Acesso em 16 jan. 2014).



Os dados acima apontam que a turma de 5º ano, em 2009, atingiu 15% tendo um aumento, em 2011, para 23% reduzindo em 2013 para 21%. Estes dados revelam que houve uma melhora na proficiência dos alunos de 5º ano, onde atingiram os índices de proficiência e avançado. Comparando esses dados aos níveis estadual e federal no ano de 2013, respectivamente 20% e 40%, vemos que ainda estamos distantes do nível do Brasil, embora chegou até ultrapassar o nível estadual.

Na matemática da série citada, os níveis estadual e nacional são, respectivamente, 16% e 35% no ano de 2013. Aqui, constata-se a necessidade de se avançar na melhoria da qualidade de ensino oferecida, para que isso reflita nas avaliações nacionais. É válido ressaltar que essas avaliações são retratos das realidades escolares e que não as representam verdadeiramente em todos os sentidos.

Na turma de 9º ano, notamos que em 2009 e 2011, em Língua Portuguesa, atingiu-se o nível de 11%; elevando para 14%, em 2013. Este índice apresentou uma variação considerável de 3%. Estes dados revelam que houve uma melhora na proficiência dos alunos de 9º ano entre os anos de 2011 e 2013, alcançando os níveis proficiente e avançado. Comparando esses dados aos níveis estadual e federal no ano de 2013, respectivamente 13% e 23%, nota-se que ainda há uma distância considerável do nível nacional, embora se ultrapassou o nível estadual.

Na matemática da série citada, os níveis estadual e nacional são, respectivamente, 5% e 11% no ano de 2013. Aqui, constata-se a necessidade no avanço na melhoria da qualidade de ensino oferecida, de modo a oferecer subsídios para que os estudantes continuem seus estudos e construam requisitos necessários para exercer sua cidadania.

Embora essa melhoria tenha sido demarcada por avanços e recuos ficou evidente na análise das figuras e tabelas, que essa melhoria precisa ser mais expressiva, uma vez que evidencia a aprendizagem das crianças e o trabalho desenvolvido pela equipe educacional.

O processo de monitoramento, acompanhamento e intervenção pedagógica nas escolas de Conceição do Jacuípe é realizado pelos coordenadores pedagógicos, que em parceria com professores e gestores, elaboram e executam ações para a melhoria do trabalho pedagógico. Entretanto, os coordenadores



pedagógicos do município são encaminhados para duas ou três escolas o que dificulta no andamento do processo, pois, sua carga horária de trabalho fica reduzida em cada espaço.

Outro aspecto que implica no processo mencionado é o pouco envolvimento da comunidade/ família nas discussões que envolvem a definição de ações para a melhoria da qualidade do ensino, como também no que diz respeito ao desempenho de seus filhos durante o ano letivo. Esse último aspecto é um fator que tem presença constante nas discussões dos profissionais da educação do município, pois os índices de indisciplina e violência têm trazido sérios prejuízos na execução das propostas didático-pedagógicas nesses espaços; uma vez que, a equipe pedagógica não é a única responsável pela educação dos sujeitos que neles adentram. Sabemos que a questão da violência é um tema que ultrapassa os muros da escola, entretanto, o município tem sido tímido no que diz respeito a projetos de intervenção nesses espaços de modo a garantir segurança para todos os sujeitos escolares.

O município atualmente opera com alguns programas que propiciam a melhoria da qualidade da educação Básica: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Mais Educação, Mais Cultura, Educandus (programa do governo municipal). Ressalta-se, contudo, que apenas aderir a esses programas do Governo Federal não garante a efetiva progressão na melhoria da qualidade.

Para tanto, outros fatores e elementos precisam estar presentes em todas as escolas da rede dando suporte ao trabalho desenvolvido: estrutura adequada, profissionais capacitados, apoio aos educandos, gestão democrática, proposta curricular, garantia de acesso e permanência sobre os quais se aborda nos tópicos a seguir:

Infraestrutura

Segundo Dayrell e Reis (2010, p.05) "em um espaço educativo, a arquitetura, sua estética e a ocupação do espaço físico não são neutros. Muito menos os recursos materiais disponíveis." Assim, é fácil perceber que a construção fala para que fins foi feita e para que público, de maneira intencional, foi planejada.



Entende-se o espaço escolar como um ambiente de aprendizagem social, afetiva e cognitiva, haja vista a sua implicação na organização, na promoção de relações pessoais entre os diferentes sujeitos, na construção do conhecimento, no desdobramento de movimentos de discussão e luta. Essa valorização está intimamente ligada à criação de um ambiente propício para a organização de situações didáticas para as crianças. Gandini (1999) defende que

[...] o ambiente precisa ser flexível; deve passar por uma modificação frequente pelas crianças e pelos professores a fim de permanecer atualizado e sensível às suas necessidades de serem protagonistas na construção de seu conhecimento. Tudo o que cerca as pessoas na escola e o que usam – os objetos, os materiais e as estruturas – não são vistos como elementos cognitivos passivos, mas, ao contrário, como elementos que condicionam e são condicionados pelas ações dos indivíduos que agem nela (GANDINI, 1999, p. 157).

Nessa direção, a forma como esses espaços são pensados/organizados e como os objetos são dispostos neles, revela o modelo educativo adotado e a maneira como são pensados os sujeitos que neles interagem, pois cada espaço carrega em si os registros dos diferentes grupos sociais, nas diferentes sociedades. Assim, analisar esses espaços ultrapassa a mera descrição da estrutura da escola, mas as intencionalidades implícitas em cada contexto.

Em sintonia com Gandini (1999), Dayrell (1996) enfatiza que “desde a forma da construção até a localização dos espaços, tudo é delimitado formalmente, segundo princípios racionais, que expressam uma expectativa de comportamento dos seus usuários.” Confirmando a intencionalidade em proporcionar um ambiente desfavorável à aprendizagem significativa para alunos provenientes de uma camada da sociedade marginalizada.

Silva, Uzeda e Almeida (2011) ao discutirem espaço no contexto do Ensino Fundamental de nove anos aborda a relação entre espaço social e espaço escolar evidenciando a necessidade de se discutir essa categoria para além da estrutura da escola pondo em relevo também os aspectos subjetivos implícitos no mesmo. As autoras alertam sobre os riscos que incorre-se ao discutir esses espaços sem refletir “as relações de poder, a cultura, a ordem, a subversão da ordem, os valores cultivados e as relações sociais em sua complexidade” (SILVA; UZEDA; ALMEIDA, 2011, p. 165). Assim, o presente texto aborda o modo como o município



vem operando para a constituição de espaços que garantam de fato a interação e construção do conhecimento e identidade dos estudantes.

A atenção às adaptações para as pessoas com deficiência, o mobiliário e banheiro adequado para crianças de 02 a 06 anos em algumas escolas, a exemplo da Escola Municipal Arlindo Ferreira, evidencia o cuidado que se deve ter para oferecer uma educação de qualidade, permitindo o acesso e a permanência dos sujeitos no espaço escolar. Entretanto, nem todas as instituições do município apresentam estrutura adequada para garantir um atendimento eficiente, principalmente nas que atendem crianças em tempo integral.

Isso pode ser evidenciado na tabela abaixo, a qual apresenta dados de questionário aplicado com gestores de 14 instituições da rede municipal. Apresenta-se dados de 14 das 26 instituições da rede municipal, pois foram devolvidos apenas essa quantidade.

Indicadores a partir dos questionários - Instalações físicas e materiais nas unidades escolares municipais – 2014

	SIM	NÃO
Os prédios e pátios são conservados e têm aparência atrativa?	12	2
Suprimentos de água?	13	1
Salas de aulas suficientes?	9	5
Bibliotecas e contos de estudos?	4	10
Espaço de apoio ao professor?	5	9
Área de lazer?	7	7
Banheiros em condições de higiênicos de uso?	11	3
Carteiras e mesas suficientes?	10	4
Materiais adequados para atividades diversificadas?	10	4
Livro-texto, caderno, lápis e borracha para todos os alunos?	8	5
Material ilustrado, bibliográficos, visual e sonoro?	10	5
Material de apoio atualizado?	9	4
Equipamentos audiovisuais e de informática?	9	5
Acesso a equipamento?	9	5
Controle do patrimônio e existente?	11	1
Esquema de segurança?	10	

Fonte: Questionário aplicado aos gestores das instituições municipais⁶

Considerando que os itens revelam a realidade de metade das escolas municipais de Conceição do Jacuípe, ressalta-se que neste universo, há uma extrema urgência em garantir a construção de bibliotecas com material didático pedagógico que auxilie os alunos no desenvolvimento das habilidades e competências, bem como a formação dos mediadores de leitura; espaço de apoio ao

⁶ Alguns itens não totalizam as 14 escolas participantes, pois os gestores não responderam a todas as questões, sem motivo esclarecido a comissão responsável por este texto.



professor e aquisição de materiais como livro-texto, caderno, lápis e borracha para todos os alunos. Os outros aspectos apresentados na tabela precisam ser ampliados para a totalidade da rede.

Outro fator importante que implica neste processo é o impedimento da continuidade das ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), pois, segundo o coordenador geral da Secretaria de Educação, o acesso à página do município está travado, devido a processos de investigação sobre a gestão municipal anterior. Atualmente, a ampliação do mobiliário, novas construções e aquisição de novos equipamentos não podem ser adquiridos pelo município.

Por isso, o município de Conceição do Jacuípe precisa avançar na promoção de espaços e materiais adequados e adaptados para atender a todos os sujeitos que frequentam as instituições da rede municipal de educação.

Garantia do acesso e permanência

Nos tópicos anteriores, evidencia-se que as instituições educativas do município atendem a estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, profissionalizante e superior (EaD) em espaços públicos e privados. Olhando para o universo das 26 escolas e uma creche anexo (AMAI) mantidas pelo município destacamos alguns aspectos que propiciam ou devem propiciar acesso e permanência dos estudantes nesses espaços.

Transporte escolar:

Atualmente o município conta com 8 ônibus e 3 micro ônibus escolares para atender a toda a rede municipal (escolas regulares) e uma VAN para atender os estudantes da Escola Municipal Daniel Ribeiro (escola para atendimento de estudantes com deficiência). Esse dado nos leva a pensar sobre a atenção dada à Educação Especial no município, uma vez que, os ônibus escolares que possuem adaptações para as pessoas com deficiência não são direcionados para os estudantes da referida instituição demandando esforços, tanto dos alunos que viajam desconfortavelmente, quanto da equipe escolar para acomodá-los nesses veículos. Assim, em 2013, 1651 alunos utilizaram transporte escolar público e em 2014 esse número reduziu para 1483 alunos. É importante pontuar aqui que há



utilização de mais 3 ônibus da empresa Asa Bela que faz transporte dos estudantes conjacuipenses matriculados no município de Feira de Santana.

Proposta curricular:

A Proposta Curricular de Conceição do Jacuípe foi revisada em 2012 pela equipe de coordenação. Este documento estava alinhado com as disposições legais e educacionais do período, tais como: as orientações Pedagógicas contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, e de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. A Proposta Curricular Municipal necessitou de reformulação em função da Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005 que estabeleceu como obrigatória a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental, pela alteração dos artigos 6º, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Apresenta em sua composição os segmentos da educação, o aporte teórico e as disposições de objetivos, estratégias, competências, habilidades e avaliação. Além da visão, da missão e dos valores que pautam a educação do nosso município.

Merenda escolar:

A merenda distribuída nas escolas municipais de Conceição do Jacuípe é de boa qualidade e diversificada. Fato este marcante devido à orientação de uma nutricionista, servidora efetiva da rede, favorecendo, portanto a uma continuidade de ações, além do aprimoramento de cardápios e do trabalho desenvolvido nas escolas pelas merendeiras e responsáveis.

A presença do CAE (Conselho de Alimentação escolar) permite que haja acompanhamento das ações e assessoramento as Entidades Executoras, no caso a Secretaria Municipal de Educação, quanto à aplicação dos recursos federais destinados a esse fim. A composição desse conselho consiste em um representante do poder executivo, dois representantes da educação, dois representantes da sociedade civil e dois pais de alunos.

É válido destacar que município cumpre com a disposição legal de reservar 30% das compras com agricultura familiar, a fim de fortalecer os pequenos



proprietários rurais, já que estes empregam cerca de 75% da mão de obra do campo e produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Organização Administrativa:

O ensino no Município de Conceição do Jacuípe, segundo a Lei Orgânica de 1990, já citada anteriormente, está pautado nos ideais de liberdade, solidariedade e igualdade social, cabendo ao Poder Público Municipal, em conjunto com o Poder Público Estadual e Federal, assegurá-lo de maneira gratuita e de qualidade em todos os níveis, acessíveis a todos. Segundo a Lei 369 de 14 de dezembro de 2005 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006/2009, constata-se que as metas orçamentárias e municipais priorizam a educação em todos os segmentos a serem contemplados pelas normas legais vigentes.

No que diz respeito à estruturação da educação no município, é válido informar que apesar da aprovação das Leis 280/00 (que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino) e 392/07 (que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino), ainda não se instituiu um Sistema Municipal de Ensino, encontrando-se a Secretaria de Educação vinculada ao Sistema Estadual. Dessa forma, a estrutura do Ensino municipal conta atualmente com um Conselho Municipal de Educação (CME), órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, acerca dos temas referentes à educação e ao Ensino do Município. Este órgão foi instituído em 1997, através da Lei Municipal 241/1997, a qual estabelece as competências do Conselho nos seguintes termos:

Art. 2º - O Conselho terá as seguintes competências:

- I- Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;
- II- Propor diretrizes educacionais;
- III- Assessorar o governo municipal na formulação de políticas e planos educacionais;
- IV- Propor escalas de prioridades na elaboração da proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Educação
- V- Emitir pareceres sobre questões de natureza educacional no âmbito da rede municipal de escolas e, para as demais redes, com base nas suas competências legais (CONCEIÇÃO DO JACUIPE, 1997).

Embora a Lei Orgânica tenha estabelecido uma gestão baseada nos princípios da gestão democrática, essa prática de nomear diretores e vice-diretores permanece até hoje. Os gestores das escolas municipais exercem cargos de



confiança, sendo que a escolha destes está relacionada ao apoio dado à gestão municipal em exercício, fato que precisa ser redefinido, instaurando-se processo de eleições para escolha desses profissionais com exigência mínima de Licenciatura em Pedagogia; uma vez que no município, também não há essa exigência de formação docente para exercer tal cargo.

Além do CME, para dar suporte e colaborar com a educação do município, existe o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem por obrigação prestar ajuda técnica e fiscalizar a merenda nas escolas e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-FUNDEB), responsável pelo acompanhamento e fiscalização do FUNDEB. Nos conselhos participam profissionais do ensino, o que reforça a representação da categoria, e a sociedade civil, permitindo-se participar na política da educação do município.

Outro aspecto importante é a organização dos funcionários da Secretaria de Educação, representada pela Secretária de Educação, pelo Assessor do Departamento de Educação; grupo técnico que integra 4 técnicos para desempenhar funções administrativas; 1 técnico em informática; 18 coordenadoras (13 efetivas com cargo de coordenação e 5 efetivas na função de coordenação) para executar as funções pedagógicas, quantidade insuficiente para atender a demanda das escolas, pois, profissionais com carga horária de trabalho de 20 hs semanais devem dar suporte a duas escolas e profissionais de 40hs semanais devem dar suporte a três ou quatro escolas. Esse é um aspecto que precisa ser revisto com urgência ampliando o número de coordenadores da rede ou aumentando a carga horária dos profissionais de 20hs. Além disso, os momentos de estudos e discussões nos grupos sobre as vivências e experiências que permeiam o dia-a-dia da Educação básica municipal são curtos por conta da carga horária do coordenador.

É importante destacar que a relação com a NR19 (antiga DIREC) e com a Secretaria Estadual de Educação acontece de forma parcial, através da comunicação escrita como correspondências, fax e e-mails e comunicação oral, como telefonemas de acordo às necessidades que emergem ao longo do processo.

Qualificação dos professores:

A qualificação dos profissionais da Educação se apresenta como um dos maiores desafios para o sistema de ensino do município. A implementação de



políticas de formação inicial e contínua dos profissionais é uma condição essencial para o avanço das aprendizagens dos alunos. Mas, para que ocorra de forma eficiente e produtiva é importante a participação de todos os envolvidos no processo educativo dos alunos, que se encontra fragmentado e com baixa frequência nos encontros formativos.

A ampliação do universo cultural é, hoje, uma exigência colocada para a maioria dos profissionais. No caso dos profissionais da educação, ela é imprescindível, pois os desafios contemporâneos impostos à escola básica e a seus profissionais precisam ser igualmente enfrentados nos cursos de formação contínua e permanente. A Secretaria Municipal de Educação deve criar condições objetivas de formação em serviço, para todos os níveis e modalidades de ensino e os profissionais, ampliando os espaços de trabalho pedagógico, de forma presencial e/ou a distância, oferecendo, assim, condições para a reflexão da equipe escolar sobre as suas práticas pedagógicas. As escolas também devem criar condições efetivas de formação em serviço e de participação de toda equipe escolar em reuniões de avaliação e reflexão do Projeto Político Pedagógico, e em especial condições para que os professores participem de reuniões com a equipe diretiva.

Segundo dados coletados através de entrevistas, as escolas particulares e estaduais, nota-se que há um crescente aumento na formação em nível superior dos professores. Na rede municipal também houve um aumento considerável na formação dos professores, devido a um convênio firmado com a UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), que ministrou o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação para as Séries Iniciais do Ensino fundamental, com duração de três anos e carga horária de 2.930 horas. Esta formação visa oferecer a qualificação em nível superior para os professores da rede pública.

Há também formações promovidas pelos Coordenadores Pedagógicos nas atividades complementares (A.C) que ocorrem às sextas-feiras e nas jornadas pedagógicas. Nesses momentos, há discussão e reflexão sobre a prática pedagógica, assim como a valorização desse profissional, fortalecendo o trabalho na área educacional, discute-se também políticas de afirmação do trabalho, fomentando a qualificação e o estímulo à formação continuada.



Nas instituições particulares e estaduais os professores são capacitados através de programas de formação, com palestras e oficinas oferecidas pela própria instituição.

É preciso destacar que em Conceição do Jacuípe é preciso sistematizar e implementar ações que promovam a prevenção, atenção, atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, em especial, dos professores que trabalham diretamente com os principais personagens da educação: os educandos.

Ante o exposto, fomentar a qualidade da educação básica implicará em enfrentar a desigualdade social existente no País, além de ampliar o direito social à educação. O projeto de Lei nº 8.035/2010, que trata do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (Lei nº 13.005/2014), já introduz metas bem claras. Ademais, também os municípios, na elaboração dos Planos de Ações Articuladas (PAR). Assim, como meta a ser alcançada para a qualidade da educação básica do município o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014) estabelece em sua meta 07:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: **Anos iniciais:** 5,2; 5,5; 5,7; 6,0 / **Anos finais:** 4,7; 5,0; 5,2;5,5/ **Ensino médio:** 4,3;4,7; 5,0; 5,2 / (anos de 2015, 2017, 2019 e 2021)

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No município de Conceição do Jacuípe a Educação de Jovens e Adultos define sua identidade como modalidade da Educação Básica, sendo ofertada especialmente na rede pública que atende da Educação Infantil ao Ensino Médio, embora o atendimento, no âmbito municipal, se restrinja ao Ensino Fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos como oferta de modalidade de ensino, é algo recente nos Sistemas Municipais de Educação. É na Constituição de 1988, em disposições transitórias, que a lei encarrega os municípios e, supletivamente, os Estados e a União, de oferecer cursos presenciais para jovens e adultos. A Educação de Jovens e Adultos é garantida pela LDB nº 9394/96, na seção sobre a Educação Básica, artigo 37, que traz que a educação de jovens e adultos será

69



destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada pela realização de programas de caráter compensatório que não tinha espaço garantido nos sistemas oficiais de ensino. Só nas últimas duas décadas 90/2000 é que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB nº 1/2000, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, modificando as ideias de “compensação, suprimento” para a ideia de “reparação e equidade e qualificação” o que representa uma conquista e um avanço.

Tendo em vista essa realidade, a Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe, disponibiliza a Educação de Jovens e Adultos, no diurno e no noturno, para atender as necessidades dos alunos e fazer cumprir o que diz a LDB em seu artigo 37. O processo de identificação do alunado da EJA se dá também através da ação social dos professores que vão à busca desses alunos para garantir-lhes a matrícula, e a oportunidade de continuidade dos estudos.

A EJA, no município de Conceição do Jacuípe é oferecida nas escolas estaduais Domingos Barros de Azevedo e Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe; e no âmbito municipal, na Escola de 1º grau Sérgio Cardoso, Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição e Escola Municipal de Pindobas. A rede municipal atende a clientela da EJA matriculada no ensino fundamental, o ensino médio é ofertado pela rede estadual. A matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos no município vem diminuindo entre os anos de 2011 e 2013, de acordo a tabela abaixo.

Tabela 18. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Conceição do Jacuípe, por dependência administrativa e localização (2011/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	433	0	718	0	1154
2012	325	0	584	0	909
2013	302	0	503	0	805

Fonte: INEP (2011, 2012, 2013)

São sujeitos de direito da EJA em Conceição do Jacuípe, jovens, adultos e idosos; homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nas cidades ou nos campos. Em sua maior parte, os sujeitos da EJA são moradores/moradoras de localidades populares; operários e operárias assalariados(as) da construção civil,

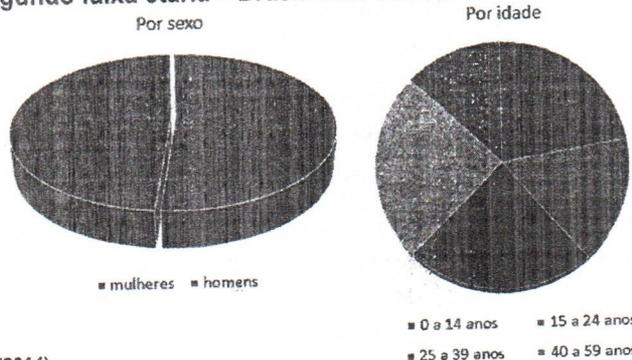


empresas de transporte e de segurança. Também são trabalhadores e trabalhadoras de atividades informais, vinculadas à agricultura, a pecuária, ao comércio e ao setor doméstico.

Como direito constitucional, observa-se que a realidade do sistema educacional ainda não professa a inclusão de todos na Educação Básica e, principalmente, para aqueles que não tiveram acesso a essa educação na idade adequada, além de não garantir a qualificação progressiva como estabelece as diretrizes para a EJA.

As taxas de analfabetismo no país ainda são altas, contudo, de acordo com o gráfico abaixo, as taxas das pessoas acima de 15 anos vem caindo nos últimos anos, o que também pode ser a causa para a diminuição da matrícula na EJA nesse período.

Gráfico - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais por idade, gênero segundo faixa etária – Brasil 2004 e 2012.



Fonte: IBGE (2014)

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tinha cerca de 13 milhões de analfabetos nesta faixa etária no ano passado, o que corresponde a 8,3% da população. O resultado é 0,4 ponto percentual abaixo do registrado em 2012 (8,7%). A taxa de analfabetismo funcional também caiu, de 18,3% para 17,8%. O resultado de 2012 manteve-se praticamente estável, com alta de 0,1 ponto percentual em relação a 2011, quando foi registrado 8,6% de analfabetos.

De acordo com o IBGE, a maioria de analfabetos eram mulheres, com 50,6%, realidade que se repete nas regiões Sudeste (56,2%), Sul (55,6%) e Centro-Oeste



(50,5%). No Norte e no Nordeste, os homens representam a maioria dos analfabetos, com 53,2% e 52,1%. Entretanto, a taxa de analfabetismo é superior entre os homens, com 8,6% contra 8,1% das mulheres. Na divisão por região e sexo, os homens nordestinos têm a taxa mais alta, de 18,2%, enquanto as mulheres da Região Sul têm a menor, de 3,9%.

Ao considerar a idade, a pesquisa mostra que pessoas com mais de 60 anos são mais frequentemente analfabetas que as mais jovens. Entre quem possui menos de 30 anos, a taxa de analfabetismo em 2013 chegou a 3%, enquanto na população com mais de 60, ela foi de 23,9% da população. Entre quem tinha de 40 a 59 anos, o analfabetismo atingia 9,2%.

O analfabetismo funcional também caiu em todas as regiões brasileiras, e acompanha o analfabetismo quando enumeradas as regiões em que ele é mais incidente. No Nordeste, a taxa caiu de 28,4% para 27,2% e ainda é a maior do país. O Norte vem em seguida, com 21,6%, 0,3 ponto percentual a menos que no ano passado. No Centro-Oeste, a situação ficou praticamente estável, com queda de 0,1%, de 16,5% para 16,4%.

Na região Sul, o analfabetismo funcional foi maior do que no Sudeste em 2013, com uma diferença de 13,6% para 12,9%. As duas regiões tiveram queda na taxa, já que, em 2012, apresentavam percentuais de 13,7% e 13,2% respectivamente.

No município de Conceição do Jacuípe, o analfabetismo funcional tem sido um desafio a ser superado através de práticas pedagógicas significativas e atividades envolvendo as práticas de leitura e escrita em situações de uso real, ou seja, de forma funcional. O tema vem sendo debatido amplamente nas jornadas pedagógicas e encontros de formação continuada para professores da EJA.

Analisando as tabelas abaixo sobre o nível educacional da população jovem do município, observamos que o percentual de escolarização das pessoas com 15 a 17 anos e 18 a 24 anos aumentou nos últimos três anos, o que vem de encontro aos dados sobre as taxas de analfabetismo que também diminuíram, acompanhando os dados gerais em relação ao país. O esforço do município em ampliar a oferta da matrícula gratuita para a Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais e estaduais reflete os dados da tabela 19 e da tabela 20, que tratam do percentual de



atendimento e taxa de analfabetismo da população de 25 a 29 anos e mais no município.

Tabela 19. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010 no Município de Conceição do Jacuípe

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 Anos	17,41	6,94	1,91	11,58	24,69	51,65
18 a 24 Anos	16,66	8,65	2,75	27,67	47,26	66,45

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 04 junho de 2015.

Tabela 20. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010 no Município de Conceição do Jacuípe.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 04 junho de 2015.

A partir desses é possível identificar um decréscimo na taxa de analfabetismo, e um aumento na média de anos de estudos da população de 15 a 29 anos ou mais. Essa realidade está relacionada também com a implementação de ações da Secretaria Municipal de Educação, que além da expansão da oferta gratuita da matrícula, também realiza um acompanhamento pedagógico sistematizado da EJA, visando contribuir decisivamente para a erradicação do analfabetismo entre jovens e

	1991	2000	2010
Taxa de analfabetismo	19,17	10,40	5,11
25 a 29 anos	37,91	24,55	15,44
Percentual de Atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola	6,05	9,43	10,61

adultos no município e para a continuidade dos estudos, garantindo também sua inclusão social.

A Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe, através da Secretaria Municipal de Educação, firma parcerias com a União e os governos Estadual e Federal, apoiando e mantendo programas como o PBA - Programa Brasil Alfabetizado, o TOPA - Todos pela Alfabetização, além das parcerias com Instituições como o SESI, que atuam desenvolvendo programas de alfabetização de adultos em algumas fábricas da cidade, reforçando a necessidade de se construir



uma cidade educadora que busque articular a vida cidadã à educação formal e, em particular, à continuidade na Educação de Jovens e Adultos.

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação pretende ampliar a oferta de cursos regulares da Educação de Jovens e Adultos no diurno e no noturno, buscando consolidar as parcerias já existentes para que a Educação de Jovens e Adultos atenda as exigências de elevação da escolaridade consubstanciada à preparação para o trabalho. É garantida também a merenda escolar gratuita a todos os alunos matriculados na EJA nas escolas municipais.

Outra estratégia da Secretaria Municipal é realizar um diagnóstico para identificar dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de conhecer a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos, e garantir um acompanhamento e monitoramento, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

A oferta da matrícula na educação de jovens e adultos é aberta para todas as escolas do município, porém nem todas as escolas possuem turmas de EJA devido a baixa demanda de alunos nas proximidades destas. Essa realidade dificulta a realização de matrículas que possam atender indistintamente a todos os que não tiveram acesso aos estudos na idade própria, contudo o transporte escolar público e gratuito é garantido a todos os alunos da EJA que residem em localidades e povoados distantes da escola.

A Secretaria Municipal da Educação entende que a EJA deve ser pensada como uma modalidade de ensino que tem identidade e especificidades próprias, com necessidades diferentes dos alunos regulares, e com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais de jovens e adultos, disponibiliza um coordenador para acompanhamento pedagógico e promoção da formação continuada dos docentes que atuam na EJA.

Contudo, essas ações ainda não garantem o acesso e a permanência dos alunos da EJA nas escolas, especialmente dos jovens. A EJA ainda encontra outras condições no que se refere à infraestrutura, aos aspectos sociais, administrativos e pedagógicos, que têm contribuído para o não atendimento de uma educação de qualidade com identidade própria.

No âmbito dos aspectos da infraestrutura e administrativo, deparamo-nos com questões relacionadas à carência de merenda escolar destinada para o público da



EJA em todas as escolas públicas da rede municipal e estadual; material didático não apropriado ou escasso; espaços físicos inadequados principalmente com relação à iluminação e dificuldade de acesso a algumas unidades escolares seja por carência de transporte ou pela falta de segurança pública e acesso à tecnologia.

No que se refere ao aspecto pedagógico, vale ressaltar que, apesar das ideias tão difundidas de Paulo Freire e outros teóricos desta área, ainda nos deparamos com metodologias descontextualizadas, sem uma organização didática que privilegie a formação desse sujeito que possui experiência de vida tão relevante a ser considerada nas práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA.

Constatamos que, muitas vezes, o profissional voltado para o trabalho com a EJA, em sua grande maioria, na formação inicial e continuada, foi direcionado ao trabalho com os chamados alunos "regulares", não possuindo uma orientação específica para o atendimento destes alunos, por vezes, infantilizando-os, pois o mesmo conteúdo que é trabalhado pelo professor com as séries iniciais, ele é repassado para o adulto.

Apesar dos esforços das instâncias competentes para garantir a oferta da EJA, os dados evidenciam a necessidade de se definir uma política de redução do analfabetismo com metas e objetivos pré-estabelecidos que garantam a continuidade e a qualidade de estudos dos egressos dos programas de alfabetização e dos jovens que são oriundos das evasões e reprovações do Ensino Fundamental, além de outros adultos que diante da exclusão do mundo tendo em vista o acesso à informação sentem-se pressionados a retomar seus estudos, e, ao lado disso, a adoção sistemática da oferta de cursos de extensão para a formação do profissional.

Para assegurar o direito dos jovens e adultos à Educação Básica, o currículo deverá ser pautado em uma pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma.

Nesse sentido, constata-se a necessidade de ações voltadas para a formação inicial e continuada permanente de professores, adequação do currículo da escola, de seus equipamentos, considerando suas especificidades e ações de políticas sociais que garantam a permanência dos jovens e adultos na escola.



O grande desafio está em criar uma escola de qualidade para jovens e adultos em função das especificidades desses sujeitos. Levando em conta o reconhecimento dos espaços de produção de saberes na sociedade e possibilitando o acesso aos bens culturais produzidos historicamente.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

A Educação profissional é um conceito de ensino abordado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), complementada pelo Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004. Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, tem como objetivo a criação de cursos voltados ao acesso do mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações e aptidões para a vida produtiva.

Além disso, a lei trata a respeito dos tipos de curso que a educação profissional e tecnológica compreenderá: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

As instituições de educação profissional também poderão oferecer cursos especiais, abertos à comunidade e suas matrículas não apresentam obrigatoriedade necessária ao nível de escolaridade. Também foi acrescentada uma seção sobre a educação profissional técnica de nível médio, no Capítulo II do Título V da LDB. O dispositivo propõe que o ensino médio, acolhida a formação geral do estudante, prepare para o exercício de profissões técnicas, articulado de forma integrada ou concomitante.

Desse modo, Conceição do Jacuípe, conta apenas com uma Unidade Escolar Estadual e uma Unidade particular, Prepara Cursos, que oferecem a Educação Profissional.

Tabela de alunos que frequentam a Educação Profissional no CECJ

Ano Turno	1º ADM	1º INF	2º INF	3º INF	1º MAN	2º MAN	3º MAN	4º INF
MAT	33	32	55	-	17	25	-	13



VESP				24			12	
------	--	--	--	----	--	--	----	--

O Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe, oferece dentro da modalidade de Ensino Médio Integrado, o Eixo: Gestão e Negócios com o curso Técnico em Administração e o Eixo: Tecnologia da Informação e Comunicação com os cursos Técnico em Informática e Técnico em manutenção e Suporte em Informática, atendendo uma média de 211 alunos distribuídos entre os turnos matutino e vespertino.

A Unidade Escolar supracitada, que oferece esta modalidade, no momento encontra-se inadequada por não possuir uma estrutura física adequada, recursos humanos habilitados para a ministração das aulas e equipamentos apropriados. Apesar desta carência, que é de fundamental importância, esta vem ampliando sua oferta de cursos e vagas nos últimos anos.

O Prepara Cursos, instituição privada e de franquia, atua para ajudar as escolas a terem recursos diversificados para usar em sala de aula e professores familiarizados com o universo digital, buscando encaminhar profissionais para o mercado de trabalho.

As ações de Estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de nível médio acontecem apenas no Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe que encaminham seus alunos para as empresas privadas que mantém parceria com a escola. Os estudantes desta modalidade ainda participam de oficinas de formação específica ministradas por alunos de Faculdades ou profissionais da área e assistem a palestras, quando surge oportunidades. O Prepara Cursos não desenvolve esta prática de estágio.

Tabela de alunos que cursam a Educação Profissional em Feira de Santana

Instituição	CETEB	ESATER	CEEP	SENAI	IFBA	TOTAL
Turno						
Matutino	66	1	1	3	18	89
Vespertino	28	-	7	8	-	43
Noturno	-	-	-	1	-	1



Muitos alunos procuram na cidade circunvizinha, Feira de Santana, na Escola Aureo de Oliveira Filho (CETEB), ESATER, CEEP, SENAI FUFIS e no IFBA cursos profissionalizantes em virtude destas oferecerem uma maior oferta de vagas e diversidade de cursos, o que aponta para a necessidade de um centro de educação profissional no próprio município.

O município de Conceição do Jacuípe não possui população indígena nem quilombola. No referente à população do Campo, não há necessidade de oferecimento do curso profissionalizante nestas regiões em virtude do transporte escolar trazer esta clientela para o centro da cidade.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.4.1 Ensino Superior

No Brasil, a educação superior é composta por quatro modalidades:

- cursos sequenciais, os quais podem ser de formação específica, que conferem diploma), ou de complementação de estudos, que oferecem certificado de conclusão;
- graduação, que compreende o bacharelado e a licenciatura, além de cursos superiores de tecnologia;
- pós-graduação, composta pelos níveis de especialização (pós-graduação lato sensu), mestrado e doutorado (pós-graduação stricto sensu);
- extensão, representada por cursos livres e abertos a candidatos que atendam aos requisitos determinados pelas instituições de ensino.

Esses quatro tipos de cursos superiores são ministrados em instituições diversas, como as universidades, os centros universitários e as faculdades. Existem ainda outras denominações, como institutos superiores, escolas superiores e faculdades integradas.

As instituições de ensino superior são públicas ou privadas. As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas - federal,



estadual e municipal. As instituições privadas são criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Há uma ampla oferta de cursos de graduação noturnos, que permitem aos já inseridos no mercado de trabalho (que em sua maioria exercem suas atividades profissionais durante o dia) frequentar o ensino superior; paradoxalmente, porém, essa oferta concentra-se principalmente nas instituições privadas, embora nos últimos anos venha se registrando uma movimentação do sistema público para incremento da oferta de vagas em cursos noturnos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) em seu capítulo IV, Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Sendo assim, o município de Conceição do Jacuípe, buscou adequar-se à Lei, aderindo ao Programa de Formação de Professores, oferecido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desde 2003. Os cursos têm a duração de três anos, são destinados a professores em sala de aula, mas que ainda não possuem nível superior. Inicialmente, o foco do município destinou-se aos professores das séries iniciais; formando 89 professores da rede municipal de ensino. O município busca contemplar os profissionais do ensino fundamental do 6º ao 9º ano que ainda não possuem formação na área específica de atuação.

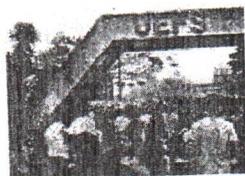


Figura 6 – Universidade Estadual de Feira de Santana

O Ensino Superior, em geral, está comprometido com o crescimento econômico e com a qualificação para o mercado de trabalho. No entanto, a expansão universitária diplomou muito mais do que qualificou, pois o mercado, embora tenha motivado a expansão universitária, somou outros critérios, como



experiência profissional, para o ingresso e manutenção dos trabalhadores às atividades profissionais. O diploma universitário é um índice de prestígio social, tornando objeto de desejo para vários jovens em todo Brasil e, sobretudo, em Conceição do Jacuípe.

Desse modo, os jovens deste município buscam se capacitar em várias universidades e faculdades em cidades próximas tais como: Feira de Santana (UEFS, FTC, UNEF, UNOPAR, etc), Alagoinhas (UNEB), Salvador (UFBA, UNEB, FTC, etc), Cruz das Almas (UFRB). O governo municipal, ciente dessa demanda, e da importância de ter profissionais qualificados no município, auxilia de várias maneiras os estudantes que desejam cursar ou que já cursam o ensino superior fora do município. Sendo o mais importante, o auxílio - transporte para as localidades de ensino superior destacadas, em especial à UEFS por contemplar o maior número de ingressos desse município.

Ainda podemos contar em nosso município com a modalidade de ensino a distância, com cursos de graduação e pós - graduação, que visam contemplar as demandas do município. Sendo assim, essas faculdades oferecem diversos cursos tais como Administração, Serviço Social, Letras, etc. Sendo o mais procurado o curso de Pedagogia. Em referência a pós-graduação, a área mais procurada é a educacional, sendo que vários professores da rede municipal de ensino estão concluindo esta etapa, qualificando ainda mais o ensino municipal.

O governo municipal – seguindo as diretrizes do Plano de Cargos e Salários – promove aos seus servidores incentivos profissionais, visando estimular uma qualificação continuada do servidor. Sendo assim, algumas progressões profissionais necessitam de uma titulação mínima para ser realizada.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Em um planejamento estratégico da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é isolada, devendo haver uma interação constante entre necessidades e possibilidades referentes ao processo de conhecimento pelos alunos, sendo fundamental a intervenção do professor. Aliada ao compromisso com o trabalho, uma maior qualificação do profissional produzirá, certamente, melhores resultados.



Deste modo, faz-se necessário a garantia pelos sistemas de ensino de mecanismos de democratização da gestão, avaliação, financiamento e as garantias de ingresso na carreira por concurso público, a existência de planos de cargos e carreiras coerentes com as Diretrizes Nacionais de Carreira (CNE 2009), o cumprimento da Lei do Piso e a oferta de Formação inicial e continuada, contribuindo para a efetiva participação dos profissionais da educação no alcance das metas e objetivos da educação nacional.

De acordo com a Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a instituição do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, falar de valorização implica aprimorar a formação inicial, a formação continuada, a definição de um piso salarial e, também, da carreira do profissional em Magistério.

Segundo o texto do PNE "a melhoria da qualidade do ensino é um dos seus objetivos centrais e somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério".

O Plano Municipal de Educação do Município de Conceição do Jacuípe, dá-se o direito de se apropriar deste princípio por reconhecer, também, que se tal valorização não for continuamente buscada, inviabilizará quaisquer metas propostas para a melhoria das modalidades e nível de ensino.

A partir das diretrizes, estratégias e metas do Plano Municipal de Educação e das legislações pertinentes vigentes, há de se rever o Plano de Carreira e o Plano de Cargos e salários, de forma a acompanhar os avanços profissionais, econômicos e sociais que permeiam na Educação.

Quanto às condições de trabalho dos professores, sejam: manutenção e preservação dos prédios escolares, espaço físico, ventilação, acesso à escola, número de alunos por turma, acesso a material didático pedagógico, em nosso município ainda não tem tido as devidas atenções, em função da falta de recursos. No entanto, é desejo do Poder Executivo e da Secretaria Municipal de Educação, estabelecer prioridades de atendimento que visam oferecer ao professor condições dignas para o exercício das atividades.

A Carreira do Magistério Público Municipal de Conceição do Jacuípe é integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor, agente de serviços escolares, agente de organização escolar, secretário escolar, agente de segurança



escolar, agente de portaria escolar, motorista escolar, coordenador de biblioteca e coordenador de sala de multimídia e estruturada em 10 classes e 6 níveis.

Segundo o plano de carreira municipal, o titular de cargo do quadro dos trabalhadores em educação, poderá exercer, de forma alternada ou concomitante com a docência, outras funções do magistério.

O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal em Conceição do Jacuípe acontece por concurso público de provas e títulos. O concurso público para ingresso na carreira exige:

a) Formação em Nível Superior, em curso de Licenciatura específica ou Curso Normal Superior, para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;

b) Formação em Curso Superior, de Licenciatura Plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental. O ingresso na carreira se dá na referência inicial da classe correspondente à habilitação do candidato aprovado.

As classes, que são as linhas de promoção da carreira do titular de cargo do quadro de trabalhadores em educação, são designadas por letras (A a J). Os níveis referem-se a habilitação do titular do cargo e são eles:

- 1) Nível 1: formação em Nível Médio, na modalidade Normal, função em extinção.
- 2) Nível 2: formação em Nível Superior, em curso de Licenciatura curta e os estudantes de Licenciatura Plena, a partir do 4º semestre.
- 3) Nível 3: formação em Nível Superior, em curso de Licenciatura Plena ou outra graduação correspondente à área de conhecimento específica do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
- 4) Nível 4: formação em Nível de pós-graduação, na área de Educação, com duração mínima de 360 horas;
- 5) Nível 5: formação em curso de Pós-graduação em curso de mestrado;
- 6) Nível 6: formação em curso de graduação em curso de Doutorado.

A jornada de trabalho do professor pode ser parcial ou integral, correspondendo respectivamente, a 20 ou 40 horas semanais. A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de



horas atividades, destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, as reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional. A jornada de 20 horas semanais do professor em função docente inclui 18 horas de aula e 2 horas de atividades complementar (A/C) e a jornada de 40 horas semanais inclui 36 horas de aula e 4 horas de atividades complementares (A/C).

No Plano de Carreira, há o incentivo para a progressão na Carreira através mudança de Nível de habilitação, através de promoções automáticas, a qual vigorará assim que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação. Este avanço é concedido aos integrantes do Magistério, através da progressão de uma para outra referência, dentro da mesma classe, desde que cumprido um interstício de 36 meses, de efetivo exercício.

A remuneração do professor é de acordo com a titulação, independente da área de atuação e corresponde ao vencimento relativo à referência em que o professor se encontra, acrescido de vantagens pecuniárias.

Além do vencimento, o professor conta apenas com a gratificação pelo exercício do magistério e de direção de unidade escolar. Há também a gratificação para os profissionais que residem na zona urbana e prestam seus serviços em escolas localizadas na zona rural, bem como para aqueles que residem em zona rural e prestam serviço em escolas, localizadas em zona rural, distinta da sua residência.

A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, é assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, ministrados pelo município ou em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional.

Os professores aposentados na rede municipal de Conceição do Jacuípe recebem seus proventos através da Previdência Social.

No que tange à escolaridade dos demais profissionais, que atuam nas escolas públicas municipais, a maioria destes profissionais possui como formação a primeira fase ensino fundamental completo.



Tabela 21. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal - 2013

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes ¹					Total
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
Regular – Creche	13	-	13	-	03	16
Regular - Pré-Escola	19	02	21	01	08	30
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	61	01	62	03	07	72
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	46	08	54	02	06	62
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	05	01	06	-	02	08
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	-	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	10	02	12	01	01	14
Educação Especial Modalidade Substitutiva- Multisseriadas	05		02	-	-	07

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide> 2010 >. Acesso em: abril 2015.

A tabela 21 apresenta as funções docentes da Rede Municipal de Ensino no ano de 2013, com dados fornecidos pelo Portal do MEC. No geral observa-se que há uma quantidade de 159 professores com licenciatura, 14 professores com Graduação, 07 com formação no curso de normal superior e 27 professores sem Ensino Médio. A partir dos dados da tabela é possível identificar que ainda há a necessidade de implantação de uma política para formação inicial e continuada para os professores da rede, mesmo com o grande número de professores licenciados.

É intenção do Município, elevar o nível de qualificação de seus profissionais, por meio da promoção de oportunidades para habilitar os leigos, assim como assegurar o desenvolvimento de processos de formação continuada para todos os profissionais, por meio de cursos, seminários, palestras e acompanhamento pedagógico regular do trabalho dos profissionais nos seus locais de atuação.

¹Legendas para funções docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio.



Segundo dados coletados através de site do MEC e do IAT, entrevistas e ofícios, enviadas às escolas, nota-se que há um crescente aumento na formação em nível superior dos professores. Na rede municipal também houve um aumento considerável na formação dos professores, devido a um convênio firmado com a UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana, no período de 2004 a 2007), que ministrou o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação para as Séries Iniciais do Ensino fundamental, com duração de três anos e carga horária de 2.930 horas, oportunizando a formação em nível superior para os professores da rede pública municipal.

O município também, ao longo dos anos letivos de 2012 a 2015, vem ministrando formações através do Programa de formação continuada (Pacto/PNAIC), para professores que atuam no Ensino Fundamental I, no ciclo de Alfabetização, com o propósito de refletir sobre sua prática e buscar ações para a melhoria da mesma, com Coordenadores Pedagógicos e ainda com palestras e seminários nas jornadas pedagógicas. Nesses momentos de discussão e reflexão sobre a prática pedagógica que oportuniza a formação continuada dos professores assim como a valorização desse profissional fortalecendo o trabalho na área educacional, perpassando por políticas de afirmação do trabalho desses profissionais, priorizando assim a qualificação e o estímulo à formação continuada.

Ainda, segundo alguns dados coletados em entrevista para a constituição deste PME, os professores das instituições particulares são capacitados através de encontros de formação com equipe de coordenadores, com palestras e oficinas oferecidas pela própria instituição e/ou por cursos de formação EAD, muitas vezes com regime de bolsa/incentivo, pela própria escola.

Às instituições estaduais são oferecidos cursos de formação continuada para funcionários, pelo próprio MEC, via sistemas/internet e/ou por instituições de formação superior (IAT); incentivos para cursos de aperfeiçoamento.

Tabela 22. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Professores	-	60	35	66	141	26	19	-	23	370



Coordenadores	-	-	1	8	11	3	4	-	2	29
---------------	---	---	---	---	----	---	---	---	---	----

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (Direc) 2015.

A tabela 22 possibilita também visualizar o número total de professores e coordenadores em 2013. Muitos profissionais atuam, no Município, em mais de uma escola ou ensinam em municípios vizinhos. Podemos perceber através da tabela que o número de coordenadores escolares ainda é considerado muito pouco para atender a demanda das escolas municipais.

Além dos professores e coordenadores, no processo educacional, há participação de técnicos e auxiliares que, juntamente com os docentes, fazem a educação acontecer. Contamos ainda com uma Nutricionista e duas Psicopedagogas, para assistência aos profissionais e alunos do Município.

Desta forma, no planejamento da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é uma atividade isolada, mas fruto de uma interação que envolve vários profissionais. As tabelas 25 e 26 ajudarão a visualizar o quadro de profissionais em educação de que a rede municipal dispõe atualmente.

Tabela 23. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	-	-	-	-	-
Vigilante	14	1	-	-	-
Serviços Gerais	80	11	40	27	02
Secretário Escolar	44	-	09	28	07
Porteiro	09	2	5	1	1
Outros	26	2	24	22	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os dados da tabela 23 permitem perceber que o número de profissionais que atuam na rede municipal, ainda é insuficiente para atender a demanda e alguns acumulam funções de limpeza do ambiente escolar, preparação e distribuição da merenda. Vale ressaltar que não temos o segmento "Merendeira", no entanto, temos



nas escolas de grande porte duas pessoas de serviços gerais que desempenham este papel e nas escolas de pequeno porte, uma pessoa.

Outro dado, perceptível é o nível de escolaridade desses profissionais, que na grande maioria tem o nível fundamental e médio.

Tabela 24. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercício no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira	-	--	-	-	-	-	-
Vigilante	14	-	14	-	-	-	-
Serviços Gerais	80	-	80	-	-	-	-
Secretário Escolar	44	-	44	-	-	-	-
Porteiro	09	-	09	-	-	-	-
Outros	26	-	09	-	-	17	-

Fonte:Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O que percebemos, de acordo com a tabela 24, analisando com as demais tabelas, é que o número de funcionários ainda é insuficiente para as várias funções nas escolas públicas municipais. Por consequência disto, precisa-se contratar ou nomear pessoas.

2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A educação no Município de Conceição do Jacuípe, segundo a Lei Orgânica, está pautada nos ideais de liberdade, solidariedade e igualdade social, cabendo ao Poder Público Municipal, em conjunto com o Estado e a União, assegurar de maneira gratuita e de qualidade em todos os níveis de Ensino. Sobre o Plano Plurianual 2013/2016, um instrumento de planejamento da Prefeitura, que busca alinhar a visão estratégica pelo estabelecimento de objetivos, a partir da identificação dos problemas a enfrentar, da elaboração de programas que deverão ser implementados, tudo sendo gerido pelo controle de indicadores de metas,

87



verifica-se que as metas orçamentárias e municipais priorizam a educação em todos os segmentos que competem a Secretaria Municipal de Educação a serem contemplados pelas normas legais vigentes.

No que diz respeito à estruturação da educação no município, apesar da aprovação das Leis 280/00 (que dispõe sobre a criação) e 392/07 (que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino), ainda não se instituiu um Sistema Municipal de Ensino, a Secretaria de Educação Municipal ainda é vinculada ao Sistema Estadual. Assistida por um Conselho Municipal de Educação (CME), órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador, acerca dos temas referentes à educação e ao Ensino do Município, criado pela Lei Municipal nº 241 de 08 de setembro de 1997, e estes tem plenos poderes para resolver e fazer intervenções na educação municipal junto a secretaria de educação.

Prevista no Artigo 206 da Constituição Federal e já delineada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, o atual Plano Nacional de Educação (PNE) determina prazos para que estados e municípios implementem seus Planos de Carreira dos Profissionais de Educação. Considerando essa obrigatoriedade, é importante destacar que o município já apresenta desde o ano de 2004 o seu plano. Entretanto, o mesmo documento não passou por nenhuma implementação. Faz-se necessário uma revisão, visto às mudanças ocorridas no decorrer dos anos.

No que se refere ao Ingresso na carreira docente, o Plano de Carreira dos Profissionais de Educação do município afirma que o quadro dos profissionais municipais da educação (docentes, gestores educacionais e demais funcionários da escola, é composto por cargos de provimento efetivo. A efetivação no cargo dar-se-á após os três anos de estágio probatório, conforme disposto na EC nº 19/1998. O ingresso na carreira para docentes, que envolve os cargos de professor de educação infantil e professor de ensino fundamental I e II, ocorre mediante concurso público de provas e títulos. Todo profissional concursado, atendendo aos critérios exigidos no plano de carreira, deve passar por um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício, entretanto, passados esse período, nenhuma avaliação é realizada e não existe nenhum acompanhamento para com esses profissionais.



Na rede municipal, a maioria dos professores é concursada. Entretanto, a rede conta ainda com professores que são contratados por meio de prestação de serviço temporário.

Segundo o Plano de Carreira, as funções de diretor e de vice-diretor, providos por servidores integrantes da carreira dos Trabalhadores em Educação bem como seus membros do Conselho Escolar serão eleitos em pleito direto pela comunidade escolar. Entretanto, o processo de escolha é feita por indicação da Secretaria de Educação juntamente com o Executivo. Esse processo é justificado pela lei nº 323 de 13 de dezembro de 2002, que concede ao Poder Executivo autorização "Pró-Tempore" para nomeação de Dirigentes de Escolas no município.

Apesar do Plano de Carreira Municipal constar as remunerações as quais os profissionais de educação tem direito, verifica-se que muitas vezes, essas remunerações não têm um prazo definido. É necessário assegurar esses direitos como forma de valorização desses profissionais.

Quanto à jornada de trabalho é importante destacar que ela está diretamente relacionada à valorização do magistério e à qualidade do ensino, uma vez que a dupla ou a tripla jornadas comprometem o desempenho do professor. As discussões mais recentes têm reafirmado a necessidade de o professor ter uma única jornada e trabalhar somente numa escola, o que garante melhores condições de trabalho.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Conceição do Jacuípe possui 44 escolas, sendo 26 municipais mais um anexo, 14 particulares e 05 estaduais, localizadas na zona rural e urbana, sendo que o transporte escolar é o principal meio de locomoção para os educandos que residem distante da escola com condições de acesso e locomoção que necessitam de melhorias. Nessas escolas estão distribuídos os níveis de Educação Infantil, Fundamental e Médio que são oferecidas nas redes.

Assim, especificadas abaixo nas tabelas abaixo:

REDE ESTADUAL

Tabela 25. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
-----	-------------------	--------------------	--------------



	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	-	-	-	04	00	04	01	00	01
2011	-	-	-	04	00	04	01	00	01
2012	-	-	-	04	00	04	01	00	01
2013	-	-	-	04	00	04	01	00	01

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

Analisando os dados da tabela 25 é possível observar que não houve alteração no número de escolas da Rede Estadual que oferecem o Ensino Fundamental- anos finais e o Ensino Médio.

O ensino fundamental anos finais é oferecido em escolas: Escola Domingos Barros de Azevedo, Escola da Associação Beneficente de Proteção à Juventude, Escola Primitiva de Azevedo Moraes e Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves. O Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe é a única escola estadual que oferece a modalidade do Ensino Médio, tanto para os alunos da zona rural como os da zona urbana.

REDE MUNICIPAL

Tabela 26. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	09	06	15	17	06	23	-	-	-
2011	09	07	16	19	07	26	-	-	-
2012	09	07	16	18	07	25	-	-	-
2013	09	07	16	18	07	25	-	-	-

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

No que se refere ao número de Escolas da Rede Municipal é notório observar através dos dados da tabela 26 que o município é responsável pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), cabendo ao Estado a responsabilidade pelo Ensino Médio. De acordo com a C.F./88 e a LDB/96, o município passa a ser responsável prioritariamente pela Educação Infantil e Ensino Fundamental. No que se refere a Educação Infantil, o número de escolas na zona urbana que oferece essa modalidade permanece estável, já na zona rural houve um aumento na oferta no ano de 2011. É importante ressaltar que o número de escolas existentes na zona rural é bastante significativa, considerando os da zona urbana. Isso pode ser justificado pela necessidade e pela importância dada ao segmento nos